

*Samy Dana e Sérgio Almeida*

# Pode não ser o que parece

O que traz felicidade, com quem  
se casar, quais amigos ter ou como  
a ciência ajuda você a tomar as  
melhores decisões



Copyright © 2017 by Samy Dana  
Copyright © 2017 by Sérgio Almeida

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa  
Eduardo Foresti e Mikka Mori

Preparação  
Pedro Staite

Revisão  
Isabel Cury  
Marise Leal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Dana, Samy

Pode não ser o que parece : o que traz felicidade, com quem se casar, quais amigos ter ou como a ciência ajuda você a tomar as melhores decisões / Samy Dana e Sérgio Almeida. – 1ª ed. – Rio de Janeiro : Objetiva, 2017.

Bibliografia.

ISBN 978-85-470-0047-9

1. Conduta de vida 2. Cotidiano 3. Dinheiro 4. Economia 5. Emoções 6. Felicidade I. Título.

---

17-07578

CDD-330.01

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Economia e sociedade 330.01

[2017]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Praça Floriano, 19, sala 3001 – Cinelândia

20031-050 – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3993-7510

[www.companhiadasletras.com.br](http://www.companhiadasletras.com.br)

[www.blogdacompanhia.com.br](http://www.blogdacompanhia.com.br)

[facebook.com/editoraobjetiva](https://facebook.com/editoraobjetiva)

[instagram.com/editora\\_objetiva](https://instagram.com/editora_objetiva)

[twitter.com/edobjetiva](https://twitter.com/edobjetiva)

*Para Bárbara e Luca*

SAMY DANA

*Aos meus pais*

SÉRGIO ALMEIDA

# Sumário

Introdução .....	9
1. Quando o inesperado acontece .....	13
2. O amor tem um preço (ou “Com quem se casar”).....	30
3. Boas intenções não bastam .....	50
4. Os paradoxos da felicidade.....	65
5. Quantos e quais amigos ter?.....	83
6. O preço do sucesso pode ser a mediocridade .....	95
7. O poder daqueles que nos cercam.....	107
8. Validação social: Por que nos importamos com a opinião dos outros?.....	125
9. Como as emoções afetam nossas decisões? .....	139
10. Você se importaria se eu pegasse mais? .....	153
<i>Agradecimentos</i> .....	167
<i>Referências bibliográficas</i> .....	168
<i>Créditos das imagens</i> .....	175

# Introdução

“O curso do verdadeiro amor nunca fluiu suavemente”, escreveu Shakespeare em *Sonho de uma noite de verão*. Quem nunca se viu diante do fim de um relacionamento que parece perfeito e de repente acaba? Por que isso acontece? Essa é apenas uma das inúmeras dúvidas que já tivemos ou vamos um dia ter. Como criar os filhos, quantos amigos ter, como ser feliz e como o dinheiro afeta a felicidade são outras questões que têm grande impacto na nossa trajetória de vida. Pode parecer surpreendente, mas a economia tem muito interesse por tais questões. Em parte porque são escolhas que envolvem algum tipo de escassez — seja de recursos materiais, seja de tempo. Também, porque muitas dessas decisões, aparentemente mundanas, terão implicações importantes sobre vários aspectos de como a economia se organiza. É comum as pessoas pensarem que o estudo da economia trata apenas de assuntos que envolvem dinheiro. Há outro mundo, porém, relativamente pouco explorado pela maioria dos economistas.

A ideia do livro surgiu depois de um encontro em que nos perguntamos: e se em vez de falarmos sobre os temas comuns e espe-

rados dos economistas, abordássemos assuntos mais interessantes para a vida das pessoas? E se mostrássemos o lado econômico que fica oculto em tantas decisões que tomamos? Ao longo deste livro, você descobrirá como a pesquisa científica em economia, e áreas próximas, como a psicologia, pode ajudá-lo a entender assuntos centrais da vida e o porquê das escolhas que costumamos (não) fazer. Escrevemos este livro porque você — nós e todo mundo, na verdade — deseja compreender o próprio comportamento e tomar decisões acertadas ao longo da vida. Não são objetivos fáceis e tampouco oferecemos respostas definitivas, mas há muita gente nas universidades de todo o mundo dedicando boa parte de sua vida produtiva a entender muitas das questões que parecem relevantes apenas para nós mesmos. Boa parte desse conhecimento, entretanto, está escondida em artigos publicados em revistas voltadas apenas para a comunidade científica.

Nos capítulos deste livro trataremos de vários temas do cotidiano, sem a pretensão, obviamente, de esgotá-los. Falaremos sobre felicidade, casamento, dinheiro, sexo, emoções, além de temas mais específicos, como criação dos filhos, desempenho escolar, combate às drogas, o impacto das amizades em nossas vidas, políticas de segurança e como encontrar o par ideal. É difícil imaginar — não importa sua idade ou formação profissional — que não haja aqui algum assunto que já não tenha merecido sua atenção, que não tenha sido um problema de decisão.

*Pode não ser o que parece* é um livro que funciona, portanto, como uma ponte entre, de um lado, as pessoas produzindo conhecimento sobre esses assuntos de uma forma mais metódica e baseada em cuidadosa análise dos dados e, de outro lado, todos nós que nos deparamos com as dificuldades de entender eventos cruciais da nossa vida. O livro é também, ainda que como produto indireto, uma tentativa de mostrar como o olhar dos

economistas pode ser útil também para entender temas comportamentais comuns às nossas vidas, e não apenas para falar sobre juros, inflação e investimentos financeiros. Fugimos do senso comum da sociedade e respondemos com números, dados e pesquisas a questões que afligem a todos.

# 1. Quando o inesperado acontece

*Sempre que introduzir um esquema de incentivos, você tem apenas que admitir para si mesmo que, não importa quão inteligente você pensa que é, há uma chance muito boa de que alguém mais inteligente do que você vá descobrir uma maneira de vencer o regime de incentivo.*

Steven Levitt, autor de *Freakonomics*

Na época do domínio colonial da Grã-Bretanha sobre a Índia, o governo britânico estava preocupado com as numerosas cobras venenosas que rastejavam pela cidade indiana de Delhi. Assim, ofereceu uma recompensa para cada cobra que um cidadão lhe entregasse. Por um tempo, a estratégia teve êxito e houve um grande número de cobras sendo mortas pela recompensa. Mas, com o passar do tempo, as coisas foram mudando. Alguns viram uma oportunidade na estratégia do governo e começaram a criar cobras. Fizeram daquilo um negócio, e diversas pessoas passaram a ter criadouros imensos. O governo, percebendo o equívoco, cancelou o programa. Os criadores de cobra, que agora possuíam algo que não tinha mais valor, as soltaram. Como



resultado, a população de cobras ficou muito maior do que antes do programa. A aparente solução, baseada unicamente em boas intenções, ignorou as consequências não intencionais e apenas piorou a situação.

Dessa anedota, surgiu o termo “efeito cobra”, que é a tentativa de solução de um problema que na verdade o agrava — as chamadas consequências não intencionais. Podemos não perceber, mas existem muito mais “efeitos cobras” por aí do que imaginamos.

## A LEI SECA AMERICANA

Vamos supor que exista determinado produto que faça mal à população. O governo, na tentativa de frear os malefícios de seu consumo — cercado de boas intenções —, decide proibir a comercialização desse produto. Ele realmente deixaria de ser consumido pela sociedade? Os malefícios de seu consumo cessariam após a proibição? A sociedade se beneficiaria dessa decisão rodeada de boas intenções?

A intuição nos diz que sim, mas não foi exatamente o que aconteceu nos Estados Unidos, quando entrou em vigor a Lei Seca, sob o mandato do presidente Woodrow Wilson. A Lei Seca americana tinha por objetivo acabar com a fabricação, o comércio e o transporte de bebidas alcoólicas. O motivo? Segundo alguns grupos conservadores americanos, a bebida era um mal que levava à violência, à pobreza e a graves problemas de saúde. Portanto, deveria ser combatida.

O governo, ciente desse panorama, se sentiu na obrigação de tomar alguma atitude e aprovou a 18<sup>a</sup> emenda à Constituição norte-americana em 16 de janeiro 1919, que entraria em vigor

um ano depois. O objetivo, assim como no caso das cobras, era acabar com as bebidas alcoólicas, bem como com os problemas que derivam de seu consumo.

O clima era de festa. O reverendo Billy Sunday, um dos religiosos mais populares dos Estados Unidos, adotou um tom épico quando a lei entrou em vigor. “O reino das lágrimas acabou. As favelas logo serão memória. Vamos transformar nossas prisões em fábricas e nossas cadeias em armazéns. Homens caminharão eretos, mulheres vão sorrir e as crianças darão risadas.” Mas o reverendo estava errado.

A intenção era boa, mas o resultado não foi o esperado. Em vez de acabar com o consumo de álcool e diminuir os problemas sociais, a Lei Seca fez explodir a criminalidade em diversos estados. Como era proibido vender álcool em bares abertos ao público, começaram a surgir diversos bares clandestinos subterrâneos, conhecidos como Speakeasies — pontos de encontro de pessoas que queriam beber sem chamar atenção. Nesses lugares, o álcool era facilmente encontrado e não existia lei que proibisse seu consumo.

Além do surgimento dos bares clandestinos, começaram a surgir produtores clandestinos, que faziam álcool caseiro de baixa qualidade e, em alguns casos, tóxicos. A bebida clandestina passou a gerar problemas de saúde ainda mais graves, levando pessoas à morte por intoxicação e cirrose.

Como o combate de algo que estava instaurado na cultura norte-americana na prática se mostrou muito difícil, a Lei Seca, com a crescente corrupção, passou a provocar a desmoralização das autoridades. No entanto, além da corrupção e da clandestinidade, a Lei Seca havia criado mais um fenômeno: as gangues. Foi justamente em razão dessa lei que se viu o surgimento das máfias. Simples. De um momento para o outro, não se podia

mais produzir álcool. A atividade competitiva entre empresas passou a ser privilégio de alguns pequenos grupos que se fortaleciam com faturamentos cada vez mais altos em um mercado de poucos agentes. Foi nessa época que surgiram figuras como Al Capone, um dos maiores gângsteres americanos ligados ao contrabando e à venda de bebidas durante a Lei Seca.

Passados alguns anos, o Congresso norte-americano já podia ver os resultados da 18<sup>a</sup> emenda. Havia poucos dados para saber se o consumo de álcool fora de fato reduzido, mas esses poucos dados sugeriam que sim. No entanto, a medida do governo, rodeada de boas intenções, havia mostrado que o problema do banimento era muito mais complexo do que se imaginava. E mostrou que nenhuma imposição jurídica é capaz de mudar hábitos já arraigados em uma cultura.

No caso da Lei Seca, os efeitos secundários da proibição, como corrupção, contrabando e violência, foram muito maiores do que os benefícios da redução no consumo de álcool. Treze anos, onze meses e 24 dias foi o tempo em que vigorou a Lei Seca nos Estados Unidos, até hoje a única lei revogada na Constituição norte-americana.

Embora se refira a um passado distante, do período de 1920 a 1933, essa história pode nos ensinar valiosas lições sobre o que vivemos hoje em relação a outras drogas e como podemos combatê-las.

## COMO A GUERRA ÀS DROGAS AUMENTA O CONSUMO DE COCAÍNA

Não é surpresa alguma que o problema das drogas lícitas ou ilícitas definitivamente é muito mais do que um problema

econômico: é um problema de saúde pública. Alguns defendem que, antes de tudo, é uma questão de liberdade individual. Nós, economistas, queremos analisar os problemas econômicos no mercado das drogas, pois, como qualquer produto, as drogas são bens comercializados e também estão sujeitas às leis de mercado. Não levar em consideração o poder desse mercado e negligenciar seus efeitos pode nos levar a cometer os mesmos erros que o Congresso norte-americano cometeu em 1919.

Mas por que em 1919 o governo dos Estados Unidos decidiu intervir no mercado de bebidas? Em outras palavras, quando se justifica a intervenção de um governo em determinado mercado?

Do ponto de vista econômico, a intervenção se justifica quando esse mercado exhibe falhas. Uma dessas falhas é o que os economistas chamam de “externalidades”. As externalidades nada mais são do que “os efeitos colaterais de uma decisão sobre aqueles que não participaram dela”. Ou seja, pense em uma petroquímica que, para produzir seu produto final, acaba poluindo um rio, mas sem levar em conta esses danos à sociedade. Nesse cenário, o governo, a fim de corrigir essas distorções, deveria, de alguma forma, desestimular parte da produção dessa petroquímica e, assim, fazer com que ela leve essa poluição em consideração ao fabricar seu bem. Essa correção por parte do governo poderia vir, por exemplo, através de impostos ou multas. Dessa maneira, a decisão da petroquímica seria a de produzir uma quantidade menor e, conseqüentemente, reduzir a poluição lançada ao rio, o que causaria menos danos à sociedade como um todo.

No caso das drogas, a intervenção se justifica pelos danos (externalidades) que as drogas e seu consumo causam à sociedade. Pode-se argumentar que o uso das drogas tem a ver com liberdade, mas, do ponto de vista econômico, os milhões gastos

em saúde pública e no combate à violência justificariam a intervenção do governo.

No entanto, assim como no caso da Lei Seca, ainda que haja boas intenções, qualquer alteração brusca em um mercado pode produzir consequências inesperadas. Por exemplo, para alguns, uma das consequências do combate às drogas é o fato de as pessoas estarem migrando para drogas mais pesadas. Milton Friedman, falecido professor da Universidade de Chicago, vencedor do prêmio Nobel de Economia e conhecido por ser um dos ícones do pensamento liberal, foi quem fez essa afirmação. Friedman argumenta que o efeito de se criminalizar as drogas é levar as pessoas de drogas mais moderadas para drogas mais pesadas. Segundo ele, as forças de combate às drogas têm tido mais sucesso ao proibir drogas como maconha, por serem mais fácil de detectar pelo volume, cheiro etc., do que drogas como cocaína. Esse resultado tem gerado o aumento do preço da maconha (oferta menor) e reduzido o preço da cocaína. Como a demanda de um bem em geral é inversamente proporcional ao seu preço, o combate às drogas estaria provocando um aumento do consumo de cocaína e reduzindo o de maconha.

Além do mecanismo de preços relativos, o combate às drogas também altera o número de agentes no mercado. Isso porque a guerra ao tráfico acaba protegendo os cartéis e fortalecendo o crime organizado. Em um mercado livre — de batata ou carne, por exemplo —, existem milhares de produtores e qualquer um pode fazer parte dele. Mas no mercado das drogas, obviamente, não há como entrar, pelo menos legalmente. A guerra às drogas, em vez de garantir a competição, acaba por garantir o monopólio de poucos fornecedores, elevando os custos dessa atividade. Então, como os custos para permanecer nesse mercado são elevados, pois envolvem subornos, violência, entre outros, os únicos

*players* que conseguem sobreviver são os grandes cartéis, como aconteceu no caso de Al Capone. No Brasil, os grandes exemplos são os cartéis do crime organizado e do tráfico de drogas: Comando Vermelho (CV), Primeiro Comando da Capital (PCC), Terceiro Comando e Amigos dos Amigos (ADA).

## OS CARTÉIS E O SURGIMENTO DO CRACK

Qual é a consequência desses cartéis no mercado das drogas? A teoria diz que os produtos de um mercado com poucos produtores tendem a ter preços mais altos do que em um mercado competitivo. Ou seja, em um mercado onde haja elevadas barreiras de entrada, como acontece com o das drogas, o preço do produto acaba se tornando extremamente elevado.

Muitos poderiam argumentar, no entanto, que esse fator é benéfico, uma vez que o preço mais alto diminui a demanda por um bem e, portanto, o consumo de drogas, certo? Na verdade, não muito. A Lei Seca é um ótimo exemplo de que é preciso pensar na sociedade como um todo. Se por um lado a proibição às drogas desencorajaria seu consumo por parte dos usuários, há um grupo de estudiosos que aborda os custos dessa estratégia. Para Friedman, há uma relação entre a guerra ao tráfico, o surgimento de cartéis e o surgimento do crack. Como ele afirma: “O crack nunca teria existido, na minha opinião, não fosse pela proibição às drogas”.

A lógica por trás de tal afirmação é a seguinte: como dito, em qualquer mercado em que um empreendedor vê grande possibilidade de lucros, há um incentivo para mais empresas entrarem no setor. Com a atuação de mais *players*, há um aumento da concorrência, da eficiência do setor, e, por conseguinte, os preços tendem a cair.

Mas no mercado das drogas a lógica do livre mercado e da competitividade é justamente a oposta, pois é muito difícil para um indivíduo entrar nesse meio, já que a proibição e a criminalização das drogas elevam em muito os custos da atividade. Então os únicos agentes que conseguem sobreviver nesse mercado são os grandes cartéis ao redor do mundo, que produzem cocaína a preços elevados. Com isso, pessoas viciadas, sem controle sobre seu consumo, passaram a fazer uso de drogas tão ou mais potentes, mas a um preço mais baixo, como o crack. Portanto, para Friedman, o crack surgiu porque a cocaína era cara.

#### UMA NOVA ABORDAGEM: SERIA A MACONHA O NOVO ÁLCOOL?

Do ponto de vista econômico, o aumento do preço das drogas, o surgimento das gangues, a explosão da corrupção e a criação de entorpecentes alternativos mais baratos seriam algumas das consequências e desvantagens do combate às drogas. Esses efeitos colaterais nos sugerem que a maneira como o combate às drogas vem sendo feito deveria ser, no mínimo, repensada.

Não por coincidência, o debate sobre descriminalizar as drogas vem ganhando mais força. Palavras como descriminalização e legalização começam a entrar nos discursos de líderes políticos como Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, e Fernando Henrique Cardoso. Mas devemos ser pragmáticos e nos perguntar quais seriam as vantagens de legalizar as drogas.

Retornemos ao exemplo da Lei Seca. No auge da crise de 1929, com a Lei Seca em vigor havia nove anos, os americanos favoráveis à liberalização do álcool tinham fortes argumentos a seu favor. A legalização das bebidas geraria mais emprego nas in-

dústrias de cerveja e também nos bares que a comercializariam. A regulamentação do mercado de álcool aumentaria a arrecadação de impostos, uma vez que não há como cobrar impostos de produtos ilegais. Como o mundo passava por uma grande crise, esses argumentos foram ganhando relevância.

Em relação aos grandes cartéis que surgiram devido ao banimento do álcool, o número de gângsteres como Al Capone seria reduzido e substituído por empresas pagadoras de impostos e criadoras de empregos. E foi com esses argumentos que os opositores do então presidente americano Franklin Roosevelt o convenceram a pedir ao Congresso que legalizasse o álcool em 1933, revogando a emenda constitucional da Lei Seca.

No mundo das drogas ilícitas atuais não é diferente. Hoje em dia, as indústrias de bebidas alcoólicas são grandes pagadoras de impostos. Apenas em 2014, a Ambev, maior empresa privada do país, foi responsável por pagar mais de 2 bilhões de reais em tributos. Ninguém morre pelas gangues ao comprar uma cerveja. Não é necessário suborno para ter acesso a uma garrafa de vodca. Porém, a partir do momento em que um produto é considerado ilegal, o suborno e o uso da violência passam a ser realidade.

Friedman não é um lobo solitário nessa crítica à estratégia de guerra às drogas. Os professores de economia Jeffrey Miron e Jeffrey Zwiebel também fazem uma análise de seus custos e benefícios e citam outras vantagens econômicas da legalização de algumas drogas. Por exemplo, a redução de gastos com monitoramento, queda da população carcerária e de gastos relativos, além da redução de gastos com saúde devido ao consumo de drogas de má qualidade. E há também um fator psicológico na legalização das drogas, que é o fato de consumir algo proibido. Segundo Friedman, o fato de ser algo ilegal atrai algumas pessoas, principalmente os jovens. Legalizar, portanto, atrairia menor interesse de alguns.



Esse movimento de descriminalização não está somente no campo das ideias de alguns líderes. Em 2014, o Colorado passou por uma mudança radical ao permitir o plantio e o consumo de maconha, longe de traficantes, por meio de um mercado regulado. Com essa mudança, em 2015, o Colorado arrecadou 135 milhões de dólares em impostos ao movimentar aproximadamente 1 bilhão de dólares. Um mercado dessa magnitude tem o potencial de movimentar a economia e gerar empregos em uma atividade que, de uma forma ou outra, já existe.

Mas a experiência do Colorado é recente. Devemos, ao contrário do que os britânicos fizeram na Índia, evitar a tentação com os resultados de curto prazo. Para isso, temos outros exemplos de países que saíram na frente e realizaram esse experimento. Foi o caso de Portugal, que passou por esse processo em 2001. Em 2009, uma pessoa que era contrária à descriminalização das drogas escreveu no *New York Times* que essa política levaria a “centenas de bilhões de dólares em novos custos com saúde, acidentes, redução da produtividade do trabalhador e menores realizações educacionais”. Essa seria apenas a opinião de uma pessoa e não teria importância se não fosse, de fato, o senso comum de muitos. Precisamos mais do que senso comum.

Uma nova pesquisa sobre a política das drogas em Portugal sugere que não foi isso que aconteceu. Portugal descriminalizou a posse de todas as drogas em 2001.\* O resultado, após quase uma década, de acordo com um estudo publicado no *British Journal of*

---

\* A descriminalização é diferente da legalização, pois contrabandistas e traficantes de drogas ainda são procurados e punidos. O indivíduo só está autorizado a possuir pequenas quantidades de drogas ilegais sem ser punido como um revendedor. Sob as leis atuais, um português ainda pode ser preso e enviado aos conselheiros, mas não enfrentará a prisão, a menos que não coopere.

*Criminology*: menos uso de drogas entre adolescentes, menos infecções por HIV e mais drogas apreendidas pela aplicação da lei. A taxa de uso de drogas aumentou ligeiramente — mas esse aumento não foi maior do que o observado em países vizinhos que não mudaram suas políticas. Ou seja, isso é uma possível evidência de que não foi a descriminalização das drogas que aumentou seu uso.

Não podemos ser ingênuos, pois não há maneira de saber que, se houve alguma redução, essas mudanças foram causadas pela mudança na política — sem grupo de controle, esse tipo de pesquisa não pode determinar a causa e o efeito. Mas Portugal passou a ter a menor taxa de usuários entre os países da Europa Ocidental, com 0,9% da população, contra 6,1% no Reino Unido, 4,6% na Itália e 3,2% na Alemanha. Além disso, 19% dos jovens de quinze a dezesseis anos de idade na Europa já experimentaram maconha pelo menos uma vez, em comparação com 13% dos portugueses da mesma idade.

“O efeito direto mais importante foi a redução do uso de recursos da Justiça penal destinados aos usuários de drogas”, diz Alex Stevens, professor de justiça criminal da Universidade de Kent, no Reino Unido, e coautor do estudo. Antes, um grande número de pessoas ia para a cadeia por uso de drogas. No âmbito da política de descriminalização em Portugal, os usuários não são presos, mas encaminhados pela polícia para uma comissão de “dissuasão”. A comissão é composta de três pessoas, normalmente um advogado, um assistente social e um profissional de saúde. O grupo determina se a pessoa é viciada. Em caso afirmativo, ela pode ser encaminhada para tratamento ou receber penalidades específicas, como ser banida de determinado bairro ou perder a carteira de motorista. O tratamento não é forçado. Apenas cerca de 5% a 6% dos usuários são levados perante essas comissões uma segunda vez no mesmo ano.